

Boletim Informativo



Nº3 ano 14 1983

Í N D I C E

Editorial.....	01
Proposta de uma Carreira para Técnicos.....	03
Proposta de Estruturação da Carreira Técnica.....	10
Associação Argentina de Física.....	21
Criação da Associação de Professores de Física da Argentina.....	23
Lista de Físicos e Estudantes de Física Desaparecidos na Argentina.....	24
VI Reunião de Trabalho sobre Física Nuclear no Brasil.....	27
II Simpósio Panamericano de Colaboração em Física Experimental.....	31
Encontro sobre "Técnicas e Aplicações da Radiação Síncrotron".....	33
Escola Internacional sobre Ensino de Cristalografia.....	34
Bolsas da CAPES e do CNPq.....	34
Bolsas de Pesquisa do CNPq.....	36

BOLETIM INFORMATIVO DA
SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

Editor: Silvio Roberto de Azevedo Salinas; Produção:
A.Roberto S.Moraes, Conceição A.Vedovello, Sidnei S.
Moraes e Datilografia: Izabel T.Yokomizo

Notícias e sugestões deverão ser enviadas para:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA
Instituto de Física da
Universidade de São Paulo
Caixa Postal 20553
01000 - São Paulo - SP

EDITORIAL

É com enorme satisfação que publicamos neste número do Boletim uma carta dos nossos colegas argentinos dando conta da reativação da Asociación Argentina de Física (AFA). Esperamos que a nova Diretoria da SBF - que deverá tomar posse em julho durante a Reunião Anual - inicie uma política de colaboração sistemática com a AFA.

Chamamos a atenção dos colegas para duas longas matérias sobre a carreira dos técnicos. Esta questão nos vem preocupando há muitos anos, mas nunca houve a tentativa de se elaborar uma proposta concreta. No ano passado o Conselho da SBF designou uma Comissão, composta pelos colegas Fernando de Souza Barros (UFRJ), Nicolau Januzzi (UNICAMP), Cid Bartolomeu de Araújo (UFPE) e Bernardo Liberman (UFRGS - Coordenador), que está agora apresentando um relatório de trabalho. As considerações e as propostas gerais desta Comissão foram também compatibilizadas com o sistema administrativo vigente no Serviço Público Federal pela Técnica em Assuntos Educacionais Maria Luiza C. de Castro. Esperamos que este material seja amplamente discutido dentro da comunidade. Não se trata de uma proposta final - os membros da Comissão estão abertos a sugestões e o Conselho da SBF ainda não apreciou a matéria. No entanto, é preciso que haja uma proposta final até meados do próximo semestre.

O Editor

P.S.: - Está circulando um documento elaborado pelos representantes da comunidade (SBPC e ABC) na Comissão SEPLAN/SBPC/ABC sobre a reorganização do financiamento à pesquisa no Brasil. É importante que haja manifestações da comunidade e do governo sobre as propostas que estão sendo apresentadas.

PROPOSTA DE UMA CARREIRA PARA TÉCNICOS

Introdução

A necessidade de se manter um corpo técnico de apoio à pesquisa não é recente, mas com o aumento e a diversificação dessa atividade no país, este problema tem aflorado com frequência em várias reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) assim como, em encontros científicos realizados no País.

Em 1976 a SBPC foi encarregada de apresentar um projeto para a regulamentação da Carreira Técnica no Estado de São Paulo e ainda em janeiro de 1978 outra Comissão da SBPC preparou um estudo análogo num campo de aplicação mais restrito.

Em março de 1982 o Prof. Sérgio Rezende apresentou o problema da estrutura técnica na Sub-Comissão de Desenvolvimento Científico do Conselho Científico e Tecnológico, e embora a proposição fosse considerada adequada, ela não teve o apoio do CNPq.

Em julho de 1982 o Conselho da Sociedade Brasileira de Física criou a presente Comissão para apresentar um anteprojeto de regulamentações das carreiras de técnico.

Em anexo, encontra-se uma proposta de uma carreira para técnicos elaborada pela Técnica em Assuntos Educacionais, Maria Luiza Castro de Castro, que reflete os aspectos básicos sobre o assunto analisados e aceitos pela Comissão. Este trabalho é apresentado como proposta da Comissão e deverá ser entendido como uma primeira etapa no sentido de elaboração de um anteprojeto definitivo a partir das sugestões e críticas de toda a comunidade.

Componentes da Comissão da Sociedade Brasileira de Física:

- Prof. Fernando de Souza Barros (UFRJ)
- Prof. Nicolau Januzzi (UNICAMP)
- Prof. Cid Bartolomeu de Araujo (UFPe)
- Prof. Bernardo Liberman (UFRGS)

Análise do Problema

O III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), reconhece no seu Capítulo I que a capacidade do País em superar as dificuldades internas e externas está intimamente relacionada com o nosso desenvolvimento científico e tecnológico. É evidente que este desenvolvimento requer, entre outros, uma infra-estrutura técnica e administrativa qualificada que garanta condições de um rendimento satisfatório para a pesquisa. No Capítulo IV dedicado ao Desenvolvimento Científico e Formação de Recursos Humanos o documento evidencia a necessidade de salários adequados para pesquisadores e pessoal técnico como um dos pressupostos para a estabilidade institucional permitindo uma continuidade dos programas científicos no País.

Acreditamos que para manter e aumentar nosso avanço científico e tecnológico é necessário melhorar a estrutura técnica em que o trabalho do pesquisador se apoia. A carreira do pesquisador já foi "em princípio" estruturada (nas Universidades) e acreditamos que agora é o momento de ser iniciada a estruturação da carreira técnica.

Sabemos que os atuais cargos e funções onde se enquadram o pessoal técnico e de apoio à pesquisa nas Universidades e Centros de Pesquisa tornaram-se inadequados às necessidades da Comunidade Científica. Alguns aspectos destes cargos, como sua estrutura quase estática, a inexistência de uma real progressão para os técnicos e atribuições funcionais dissociadas das necessidades atuais, prejudicam e, em vários casos, comprometem o desenvolvimento normal não só da pesquisa como até das atividades de ensino de disciplinas que envolvem aulas práticas. Em várias Instituições é comum encontrarem-se técnicos enquadrados em cargos completamente desvinculados de suas especialidades e aí permanecerem sem possibilidade de uma adequação em sua verdadeira função. Devemos ainda acrescentar a baixa remuneração que recebem os técnicos, incompatível com a qualidade de seus serviços e frustrando todos os incentivos possíveis e necessários à premiação da qualida-

de e desenvolvimento de suas aptidões técnicas. Esta situação agravou-se nos últimos anos devido aos aumentos salariais muito abaixo dos índices inflacionários que o pessoal técnico e também administrativo têm recebido, tornando ainda mais evidentes as dificuldades inerentes à atual carreira.

Para manter o seu pessoal técnico os laboratórios ou entidades empregadoras repassam com complementação salarial ou salários propriamente ditos os recursos que obtêm através da FINEP, CNPq, CAPES ou Convênios com entidades do setor produtivo. Mas como estas fontes extra-orçamentárias não têm continuidade no tempo e no volume financeiro, a tentativa de corrigir a insuficiência de salário de pessoal técnico, ou a contratação por verbas externas em níveis mais elevados que os da Universidade introduz disparidades e atritos no quadro técnico. Por outro lado, sabemos que estes recursos, obtidos com dificuldades, face à presente situação econômica do país, deveriam destinar-se ao apoio de despesas que hoje as Universidades não podem suprir satisfatoriamente, como a compra de equipamentos, material de consumo e material permanente. De modo geral os melhores técnicos tem melhores possibilidades de se transferirem para a indústria e a Universidade muitas vezes ainda tem dificuldades legais de substituí-los por outros com vencimentos de origem exclusivamente orçamentária. Na realidade, ao técnico falta uma carreira a que ele possa ascender.

Explica-se, assim, a preocupação dos pesquisadores deste país com a situação insatisfatória e a necessidade urgente de substituição da atual estrutura técnica por outra que possibilite uma integração dos técnicos ao ambiente da pesquisa científica e propicie um processo de desenvolvimento harmônico com a mesma. Nestas condições julgamos que os princípios expostos no primeiro trabalho da SBPC podem ser adotados:

a) Devemos encarar o problema, não como uma reclassificação, mas como uma tentativa de substituir uma estrutura técnica obsoleta, incompleta e inadequada por outra mais eficiente e a serviço dos pesquisadores e da comunidade em geral.

b) A reestruturação a ser proposta deverá estar aberta às necessidades presentes e oferecer possibilida-

des de modificações futuras, devendo ainda ser capaz de:

b.1) Prever funções e níveis salariais para técnicos com grau de formação variado e amplo.

b.2) Competir no mercado de trabalho e também ajustar-se às peculiaridades das condições de emprego nas Universidades e Instituições de Pesquisa.

b.3) Apresentar definições de competência básicas.

b.4) Prever a transição em uma dada Instituição, do modelo presente para o modelo preconizado, permitindo aos interessados a opção entre os sistemas.

Implantação da Carreira

A estruturação de uma carreira de técnicos deve fundamentalmente basear-se no princípio de que esta carreira destina-se a técnicos cuja função é de prestar serviços à pesquisa científica. Neste sentido é fundamental que tal carreira contenha uma estrutura que permita a plena execução das funções do técnico, vinculadas principalmente a uma produção concreta e mensurável.

Um aspecto que deve ser reconhecido nesse anteprojeto é o da necessária participação de técnicos de bom nível nos próprios processos decisórios de implementação dos projetos de pesquisa de grande ou médio porte e na seleção de soluções que compatibilizem os recursos existentes com as finalidades desses projetos. Esta última atividade é realizada no Brasil de modo assistemático por um pequeno número de técnicos bem dotados, face às modestas dimensões da grande maioria dos nossos projetos de pesquisa. Entretanto ela tenderá a crescer com o desenvolvimento da pesquisa no país. Por outro lado, ignorar esta atividade que caracteriza o técnico que conseguiu atingir este estágio de realização profissional, impondo-se limites superiores artificiais à sua carreira, limites estes vinculados frequentemente a titulações ou diplomas inócuos, significa desmotivar um profissional ainda raro neste país, desviando-o para atividades secundárias porém mais compensadoras sob o ponto

de vista pessoal, tais como a da obtenção daqueles diplomas vazios.

É evidente que a implantação de uma nova carreira, com uma remuneração compatível com a qualidade dos serviços realizados, dependerá muito dos recursos colocados à disposição. Entretanto, deve-se considerar que a criação da carreira certamente exigirá uma planificação dos recursos materiais disponíveis, possibilitando, através de uma racionalização de serviços e do uso dos equipamentos, o aumento da produtividade. A atual estrutura defasada das necessidades reais da pesquisa, obrigou os pesquisadores a equiparem laboratórios com oficinas próprias que servem a apenas poucos grupos de pesquisa. É evidente que a nova estrutura técnica deverá requerer a constituição de oficinas gerais com acesso para todos os pesquisadores da Instituição. Certamente esta racionalização tenderá a melhorar os serviços prestados, fazendo com que um técnico, nesta carreira, cumpra efetivamente a função para a qual foi contratado e não seja, como na maioria das vezes, um mero prestador de serviços desvinculado de uma estrutura institucional.

Um outro aspecto que ainda deve ser considerado é que a pequena disponibilidade de bons técnicos, devido essencialmente, aos melhores salários oferecidos fora das Universidades e a entraves burocráticos para seu ingresso, não permite aos pesquisadores uma dedicação e incentivo ao desenvolvimento de equipamentos e instrumentação nacionais. Como consequência, torna-se mais fácil, apesar das dificuldades financeiras e de tempo, a importação de equipamentos. Acreditamos que a carreira a ser criada deverá não só tornar viável um desenvolvimento tecnológico próprio que satisfaça as necessidades da pesquisa científica como possibilitará a resolução do grave problema de reposição de peças e componentes vitais para a manutenção de equipamentos através da formação de pessoal competente e adequado a esta finalidade.

Finalmente, cabe lembrar que vários órgãos governamentais já definiram carreiras de pessoal técnico e administrativo incluindo escala de remuneração própria. Muito da eficiência destes órgãos deve-se a sua infra-estrutura que garante a liberdade de adequar seus funcionários às suas necessidades e finalidades.

Mecanismos para a implantação de Carreira nas Universidades

O processo de efetivação da carreira de técnicos deverá requerer a constituição, em cada Universidade ou Centro de Pesquisa, de uma Comissão local de implantação da nova estrutura. A esta Comissão caberá analisar e avaliar as sugestões, pedidos de enquadramento e de necessidades recebidas de cada setor de pesquisa para posterior encaminhamento ao órgão governamental encarregado da supervisão e coordenação de todo o processo. É evidente que este mecanismo exigirá das Instituições a elaboração de um programa de suas necessidades relacionadas ao apoio técnico que deverá ser remetido à Comissão local juntamente com propostas sobre o enquadramento na carreira dos atuais técnicos.

A comissão local também terá como encargo a decisão sobre propostas de contratação de novos técnicos. De nada adiantará a estruturação de uma nova carreira que venha a satisfazer as necessidades de pesquisa se seus elementos não puderem ser escolhidos por critérios próprios e característicos de cada situação. Acreditamos que é essencial dar-se um crédito de confiança aos usuários dos serviços técnicos para a escolha de pessoal e das posições que irão ocupar. É evidente que em cada Instituição deverão existir mecanismos que façam a cobrança dos serviços e que, quando for necessário proponham a substituição dos elementos improdutivos.

É condição básica que o processo de implantação de infra-estrutura institucionalizada nos laboratórios nacionais deva ter as seguintes características.

a) Todo o processo deverá ser coordenado por usuários efetivos de serviços técnicos.

b) Tal coordenação se acessorará de membros não usuários durante a implantação e, no processo posterior de manutenção e de alteração da carreira de técnicos após implantada, de membros representantes dos próprios técnicos.

Mecanismos para a implantação da Carreira no País

Para a coordenação de todo o processo, a Administração deverá criar uma comissão nacional de apreciação das propos-

tas da carreira submetidas pelas instituições de pesquisa vinculadas àquele órgão. Os modos de indicação dos membros da comissão e de representação das diversas áreas de atividades de pesquisa deverão ser definidos após consulta às instituições e as sociedades científicas ou profissionais pertinentes.

Caberá a essa comissão: receber as recomendações sobre as atividades diferenciadas de apoio à pesquisa pretendida em cada instituição; avaliar essas recomendações com base nas demonstrações de atividades de pesquisa existentes ou já comprometidas; avaliar o enquadramento proposto pelas instituições dos servidores dos sistemas de apoio já existentes.

O mandato dessa comissão se encerrará no ato de aprovação oficial de todas as infra-estruturas das instituições vinculadas ao órgão governamental.

Extinta a comissão de implantação, deverá ser criada pelo órgão governamental, após consulta às instituições e às sociedades científicas, uma comissão para o aperfeiçoamento e manutenção de infra-estrutura de serviços técnicos, com mandato de quatro anos.

Finalmente, é necessário que nenhuma instituição de pesquisa contrate servidor para função não existente na infra-estrutura aprovada, nem altere essa infra-estrutura sem prévia aprovação da comissão de manutenção.

Acreditamos que esta carreira técnica, que estamos propondo, ajudará a suplantar uma das mais graves dificuldades que enfrenta a pesquisa científica no Brasil. Trata-se de uma proposta genérica e ampla para possibilitar o equacionamento das diversas necessidades de cada área de pesquisa e sua escala salarial além de ser competitiva com o mercado de fora das Universidades e dos Centros de Pesquisa, incentivando os técnicos a evoluírem em busca de aperfeiçoamento.

PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA TÉCNICA*

Partindo das propostas da Comissão criada pelo Conselho da Sociedade Brasileira de Física com a finalidade de apresentar um anteprojeto de regulamentação da carreira técnica no país, passaremos a propor uma estrutura propriamente dita, procurando adequar as considerações e propostas gerais às condições impostas pelo Sistema Administrativo vigente no Serviço Público Federal.

1 - DENOMINAÇÃO DO GRUPO

Os cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais enquadram-se, a partir do advento da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970 e legislação posterior, em dezoito (18) Grupos formados por Categorias Funcionais reunidas pela correlação, afinidade, natureza dos trabalhos ou nível de conhecimento aplicado.

Ocorre entretanto que, com o constante crescimento das atividades de pesquisa devido a sua reconhecida importância para o progresso nacional, as Instituições ficaram carentes de pessoal técnico especializado para atender a demanda. A inexistência de uma carreira específica para técnicos dificulta e, muitas vezes, encarece a realização de projetos pela importação de equipamentos e serviços que poderiam ser desenvolvidos dentro do país.

Além destes fatores, a rigidez dos princípios vigentes para ingresso e progressão funcional de servidores não se coaduna com a agilidade necessária à boa execução das tarefas e a qualidade exigida dos profissionais, não lhes permitindo alcançar altos níveis salariais, de acordo com sua capacidade. A exigência de escolaridade é um exemplo típico de fator de bloqueio à progressão de servidores que, muitas vezes, desempenham tarefas que dispensam a exigência de conhecimentos formais, bastando-lhes, apenas, engenhosidade e talento. Mais do que qualquer curso formal, a prática é que confere aos habilidosos a qualificação necessária ao desempenho de suas atribuições.

Logicamente uma carreira de técnicos deverá incluir

* Trabalho elaborado por Maria Luiza Castro de Castro, Técnica em Assuntos Educacionais

funções que são poderão ser exercidas por pessoal especializado e de nível superior. Esta constatação nos leva a conhecer mais um problema enfrentado pelas instituições de pesquisa pois o uso de máquinas e equipamentos de grande complexidade, cada vez mais acelerado, deveria corresponder à contratação de pessoal qualificado para operá-las e, no entanto, a situação é agravada pela política de pessoal vigente e pelos baixos níveis salariais do serviço público.

Sugerimos, com base no exposto e seguindo a mesma linha utilizada para denominação dos demais Grupos, a criação do Grupo-Serviços Técnicos de Pesquisa, a ser designado pelo código STP-2000, abrangendo várias atividades e composto de cargos com atribuições relacionadas à prestação de serviços à pesquisa científica e tecnológica, pura ou aplicada, para cujo provimento se exija capacidade, eficiência, qualidade dos serviços e grau de escolaridade, a partir do 1º Grau, adequado a cada situação específica.

O Grupo-Serviços Técnicos de Pesquisa será integrado de cargos de provimento efetivo, a que são inerentes atividades de nível médio e superior, de natureza permanente, principais e auxiliares, relacionadas com a pesquisa científica e tecnológica em suas várias modalidades, abrangendo atividades de projeto, desenvolvimento, manutenção e operação.

2 - C L A S S E S

Os cargos integrantes do Grupo a que se refere a presente proposta de estruturação distribuir-se-ão em 4 (quatro) Classes, com as seguintes características:

CLASSE DE "TÉCNICO" - atividades técnicas em nível de execução superior, especializada, envolvendo orientação, planejamento, supervisão, organização e controle de produção.

CLASSE DE "ASSISTENTE TÉCNICO" - atividades técnicas diversas, em nível de execução qualificada e especializada.

CLASSE DE "AUXILIAR TÉCNICO" - atividades técnicas diversas, de nível médio, de complexidade média-

na, exigindo supervisão e orientação.

CLASSE DE "AJUDANTE TÉCNICO" - atividades técnicas preliminares ou auxiliares diversas, de natureza simples, em nível de execução inferior, sujeitas a permanente supervisão e orientação superiores.

As Classes de "Auxiliar Técnico" e "Ajudante Técnico", além da supervisão e orientação pelos ocupantes das Classes superiores, deverão ser por eles treinados com vistas ao seu aperfeiçoamento e especialização.

3 - CATEGORIA FUNCIONAL

O Grupo-Serviços Técnicos de Pesquisa será constituído pela Categoria Funcional de "TÉCNICO EM PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA", por ser impossível a denominação de todas as especializações que envolvem os serviços técnicos.

A Categoria Funcional de Técnico em Pesquisa Científica e Tecnológica, código STP-2001, abrangerá serviços de engenharia, física, matemática, contabilidade, economia, biologia, química, medicina, processamento de dados, direito, administração, mecânica, eletrônica, marcenaria, eletricidade, metalurgia, vidraria, desenho, fotografia, esterilização, limpeza, conservação, transporte, datilografia especializada, bibliografia, estatística, tradução e qualquer outra atividade desde que, comprovadamente, diferenciada no apoio à pesquisa científica.

4 - COMPOSIÇÃO DA CATEGORIA FUNCIONAL

A Categoria Funcional de Técnico em Pesquisa Científica e Tecnológica deverá atender às necessidades de recursos humanos dos Ministérios, Órgãos integrantes da Presidência da República e Autarquias Federais onde se desenvolvam, em caráter permanente, atividades de pesquisa científica e tecnológica, proporcionando-lhes uma infra-estrutura técnica qualificada.

Poderão integrar esta Categoria Funcional, mediante transposição ou transformação, os atuais cargos cujas atividades se identifiquem com as características descritas no item anterior.

Estas funções vem sendo desempenhadas por ocupantes de diversos cargos integrantes de Grupos como: Artesanato, Serviços Auxiliares, Outras Atividades de Nível Superior, Outras Atividades de Nível Médio, Serviços de Transporte Oficial e Portaria, Processamento de Dados e outros relacionados com as referidas atividades.

Os cargos ocupados poderão ser transpostos ou transformados mediante a inclusão dos atuais ocupantes na Categoria Funcional e distribuição por Classes de acordo com ordem rigorosa de classificação dos habilitados em avaliação prática e objetiva dos trabalhos já realizados.

A transposição e transformação somente poderão ser processadas após a realização de estudos e levantamentos de necessidades. Com esta finalidade deverão ser criadas uma Equipe Nacional de Estruturação, uma Equipe Local de Estruturação em cada órgão e Comissões de Estruturação em cada unidade que compõe o órgão.

O mandato das Equipes Locais e Comissões de Estruturação acima referidas se encerrarão no ato de aprovação da nova estrutura da instituição e a Equipe Nacional de Estruturação se extinguirá com a aprovação e publicação final relativa a todos os órgãos de pesquisa do Serviço Civil da União.

5 - EQUIPE NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO

A Equipe Nacional de Estruturação poderá ser constituída de pesquisadores de todas as áreas da ciência, a serem indicados pelo CNPq e SBPC, e dois representantes do DASP, devendo todos ser aprovados e designados pelo Presidente da República.

Caberá a esta Equipe:

1. receber as propostas de estruturação de atividades diferenciadas de apoio à pesquisa de cada instituição e avaliá-las com base nas pesquisas existentes ou já comprometidas;
2. examinar os planos de constituição de oficinas gerais encaminhados pelas instituições, a vista dos dados acima referidos;
3. avaliar a lotação ideal proposta pelos órgãos in

interessados;

4. aprovar o enquadramento dos servidores e a supressão de Grupos ou Categorias Funcionais que se fizerem necessárias.

Após aprovação das propostas, deverão a Equipe encaminhá-las ao Presidente da República ou a quem por ele for indicado para referendá-las.

6 - EQUIPES LOCAIS DE ESTRUTURAÇÃO

Em cada Instituição seria formada uma Equipe Local de Estruturação composta pelos Coordenadores das Comissões de cada Unidade e por representantes das áreas de pessoal, planejamento e administração, designados pelo dirigente do órgão.

Esta Equipe ficará incumbida de examinar e aprovar, no âmbito da Instituição, as propostas encaminhadas pelas Comissões de Estruturação que, após o visto do dirigente do órgão serão submetidas à exame da Equipe Nacional de Estruturação.

7 - COMISSÕES DE ESTRUTURAÇÃO

As Unidades do órgão a ser reestruturado deverão promover a formação de sua Comissão de Estruturação, a ser composta por usuários dos serviços técnicos indicados pelos pesquisadores, membros representantes do corpo técnico por eles mesmos eleitos e pessoal administrativo indicado pelo Departamento de Pessoal, para assessoramento quando houver necessidade. Os integrantes da Comissão deverão ser designados pelo Diretor da Unidade que escolherá um deles para exercer a função de Coordenador.

Caberá a estas Comissões de Estruturação:

1. levantamento do número de atividades diferenciadas necessárias ao desenvolvimento da pesquisa dentro de sua área de conhecimento, através da relação das pesquisas em andamento ou já comprometidas;
2. elaboração de estudos e propostas que visem a criação de oficinas gerais por atividade, com a-

cesso para todos os pesquisadores da Unidade, considerando aspectos de pessoal, material, equipamentos e espaço físico;

3. fixação da lotação ideal do Grupo-Serviços Técnicos de Pesquisa, com a respectiva distribuição por Classes;
4. levantamento do número de cargos a ser transposto ou transformado;
5. realização de avaliação prática dos serviços realizados pelos candidatos e disposição em ordem rigorosa de classificação dos habilitados;
6. comprovação da existência de recursos para fazerem face às despesas decorrentes da nova estruturação.

Estes trabalhos seriam submetidos a exame pela Equipe Local de Estruturação em duas etapas. A primeira etapa incluiria as propostas relativas a levantamento de atividades, criação de oficinas gerais, fixação da lotação ideal e comprovação de recursos. Após a aprovação total da primeira etapa, seria encaminhada a exame a segunda parte dos trabalhos que inclui: levantamento de cargos a serem transpostos e/ou transformados, realização de avaliação, classificação e indicações de supressão de Grupos ou Categorias Funcionais.

8 - CRITÉRIOS SELETIVOS

Como já foi referido acima, caberá às Comissões de Estruturação a realização de avaliação prática e objetiva dos trabalhos técnicos de pesquisa já realizados pelos candidatos à transposição e/ou transformação para a Categoria Funcional em questão, e a correspondente classificação por níveis de acordo com a capacidade potencial do servidor para o desempenho das atividades inerentes às respectivas Classes.

Em caso de igualdade de classificação, será dada preferência ao servidor que:

- (1º) tiver maior tempo de serviço dedicado à prestação de serviços técnicos;

- (20) tiver maior tempo de serviço na Categoria Funcional ora ocupada;
- (30) tiver maior tempo de serviço no Grupo que integra;
- (40) tiver maior tempo de serviço público federal; e
- (50) tiver maior tempo de serviço público.

O processo seletivo deverá ser homologado pelo dirigente do órgão, após exame e parecer da Equipe Local de Estruturação.

9 - ESTRUTURAÇÃO DAS OFICINAS GERAIS

Após a seleção das atividades necessárias ao desempenho das pesquisas de cada Unidade que compõe a instituição, serão determinados os serviços técnicos a serem utilizados em cada atividade.

Dependendo do porte das oficinas gerais, será necessária a designação de Chefes para alguns ou todos os grupos de serviços, tais como: estatística, engenharia, mecânica, marcenaria, eletrônica, vidraria, etc. As Chefias, a serem exercidas por profissionais do setor, serão encarregadas das questões técnicas de funcionamento e, ainda, deverão assessorar o Coordenador da Atividade sempre que forem solicitadas.

Em cada atividade haverá um Coordenador responsável pela organização e controle geral de produção, análise e programação de todos os assuntos referentes a serviços técnicos em sua área e com a função de traçar a política geral de funcionamento, inclusive quanto a pessoal, no que tange a admissões, demissões, progressões funcionais, remoções, etc. A função de Coordenador de Atividade deverá ser exercida por Pesquisador escolhido pelos demais profissionais da mesma área de atividade.

Ao lado da Coordenação haverá uma Secretaria encarregada dos serviços administrativos necessários ao funcionamento da atividade, tais como: controle de material de consumo e permanente, realização de compras, catalogação de serviços, previsão de estoque, datilografia de trabalhos, etc., conforme o caso.

10 - FORMA DE INGRESSO

O ingresso na Categoria Funcional de Técnico em Pesquisa Científica e Tecnológica, por sugestão do Coordenador de Atividade aprovada pelo Diretor da Unidade, far-se-á na Classe correspondente à capacidade e grau de instrução em vacância, se for o caso, mediante processo seletivo realizado entre vários candidatos, sob a responsabilidade do Coordenador de Atividade e dos Chefes de Serviço.

A seleção será feita de forma prática e objetiva, visando verificar as qualificações essenciais exigidas para o desempenho dos serviços técnicos inerentes àquela atividade.

Inicialmente a contratação será feita por um período de noventa (90) dias, de acordo com os termos do parágrafo único do artigo 445, da CLT, em caráter experimental para treinamento e adaptação ao setor.

Após o período de experiência, o Coordenador de Atividade, por indicação da Chefia, se for o caso, apresentará a proposta de contratação definitiva a ser aprovada pelo Diretor da Unidade e efetivada através do Departamento de Pessoal da Instituição.

11 - PROGRESSÃO FUNCIONAL

A progressão funcional dos integrantes do Grupo-Serviços Técnicos de Pesquisa será decidida em reunião do Coordenador com os Chefes de Setor e submetida à aprovação do Diretor da Unidade. A efetivação da progressão será efetuada pelo Departamento de Pessoal da Instituição.

Será obrigatório o interstício de 1 (um) ano para a progressão funcional que se fará livremente, em sentido vertical ou horizontal.

A progressão vertical obedecerá aos seguintes critérios:

- a) cumprimento das tarefas do setor, dentro dos padrões de qualidade esperados;
- b) aumento da competência técnico-administrativa;

- c) capacidade para tomar decisões;
- d) capacidade para assumir maiores responsabilidades;
- e) capacidade de supervisionar o trabalho do setor;
- f) produtividade, quando mensurável, e
- g) tempo de serviço.

Nos casos em que a eficiência e a produtividade do servidor não permitam seu avanço vertical, de acordo com o tempo de serviço e, a critério dos Chefes de Setor e do Coordenador, poderá ser elevado ao nível seguinte na linha horizontal.

Os níveis de progressão vertical aparecem no Quadro apresentado no final da presente proposta, designados por letras e os níveis de progressão horizontal, em números.

12 - REGIME DE TRABALHO

Os ocupantes dos cargos de Técnico em Pesquisa Científica e Tecnológica ficarão sujeitos ao regime de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

13 - VENCIMENTOS

Os valores dos vencimentos e a distribuição por níveis estão contidos no Quadro apresentado no final deste trabalho.

Além dos vencimentos os servidores que exercerem funções de Chefia deverão receber uma Gratificação no valor de 30% (trinta por cento) do valor básico.

14 - COMISSÃO NACIONAL DE MANUTENÇÃO

Quando se encerrar o mandato da Equipe Nacional de Estruturação, deverá ser criada uma Comissão Nacional de Manutenção, com mandato de 4 (quatro) anos, encarregada de manter e aperfeiçoar a infra-estrutura dos serviços técnicos.

Nenhuma modificação na estrutura da carreira poderá

ser feita sem sua prévia autorização.

A composição da Comissão Nacional de Manutenção poderá ser a mesma da Equipe Nacional de Estruturação, isto é, formada por representantes das áreas de pesquisa e do DASP, com uma maior participação, no processo de escolha, das Instituições de Pesquisa reestruturadas.

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Aos servidores que constituem clientela geral para o Grupo - Serviços Técnicos de Pesquisa, será dado o direito de optar entre o sistema vigente e a nova estrutura.

Os candidatos à transposição ou transformação para a Categoria Funcional de Técnico em Pesquisa Científica e Tecnológica que não lograrem habilitação, continuarão em suas Categorias Funcionais originárias e deverão ser remanejados para o exercício de atividades não relacionadas à pesquisa.

Nenhuma contratação poderá ser feita para o exercício de função não existente nas especificações de Classe da Categoria Funcional ora tratada, bem como, não poderá ser modificada a infra estrutura sem prévia autorização da Comissão Nacional de Manutenção. As propostas de alteração deverão ser encaminhadas pelos Coordenadores de Atividade em conjunto, através do Diretor da Unidade e do dirigente do órgão.

OBS: Segue em anexo um exemplo de Quadro de Vencimentos.

GRUPO-SERVIÇOS TÉCNICOS DE PESQUISA
CATEGORIA FUNCIONAL DE TÉCNICO

CLASSES	NÍVEIS DE PROGRESSÃO VERTICAL	NÍVEIS DE PROGRESSÃO HORIZONTAL													
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10				
TÉCNICO	C	345.000,00	350.000,00	360.000,00	370.000,00	385.000,00	400.000,00								
	B	322.000,00	326.000,00	330.000,00	334.000,00	338.000,00	342.000,00								
	A	299.000,00	303.000,00	307.000,00	311.000,00	315.000,00	319.000,00								
ASSISTENTE	D	276.000,00	280.000,00	284.000,00	288.000,00	292.000,00	296.000,00								
	C	253.000,00	257.000,00	261.000,00	265.000,00	269.000,00	273.000,00								
	B	230.000,00	234.000,00	238.000,00	242.000,00	246.000,00	250.000,00								
TÉCNICO	A	207.000,00	211.000,00	215.000,00	219.000,00	223.000,00	227.000,00								
	E	184.000,00	188.000,00	192.000,00	196.000,00	200.000,00	204.000,00								
	D	161.000,00	165.000,00	169.000,00	173.000,00	177.000,00	181.000,00								
AUXILIAR	C	138.000,00	142.000,00	146.000,00	150.000,00	154.000,00	158.000,00								
	B	115.000,00	119.000,00	123.000,00	127.000,00	131.000,00	135.000,00								
	A	92.000,00	96.000,00	100.000,00	104.000,00	108.000,00	112.000,00								
AJUDANTE	B	69.000,00	73.000,00	77.000,00	81.000,00	85.000,00	89.000,00								
	A	46.000,00	50.000,00	54.000,00	58.000,00	62.000,00	66.000,00								

TABELA ELABORADA EM DEZEMBRO DE 1982.

ASOCIACIÓN ARGENTINA DE FÍSICA

Sr. Presidente de la Sociedade Brasileira de Física
Dr. Moysés Nussenzveig,

Tengo el agrado de dirigirme a usted y por su intermedio a la Sociedade Brasileira de Física que preside, para poner en su conocimiento que la Asociación Física Argentina (AFA) ha reiniciado formalmente sus actividades el 21 de febrero al realizarse el escrutinio correspondiente a la elección de la Comisión Directiva, la cual resultó así constituida:

- Presidente: Luis Masperi, Centro Atómico Bariloche
- Secretario: Blas Alascio, Centro Atómico Bariloche
- Tesorero: Horacio Wio, Centro Atómico Bariloche
- Vocales Titulares:
 - . Raúl Baragiola, Centro Atómico Bariloche
 - . Hernán Bonadeo, Comisión Nacional de Energía Atómica
 - . Alberto López García, Depto. de Física, Universidad de La Plata
 - . Roberto Rivarola, Instituto de Física, Universidad de Rosario
- Vocales Suplentes:
 - . Ernesto Martínez, Centro Atómico Bariloche
 - . Alberto Pochettino, Centro Atómico Constituyentes, Buenos Aires
 - . Julio Benegas, Escuela de Física, Universidad de San Luis.

La AFA fundada en 1944, se había desarrollado hasta tener en 1976 más de 500 socios, cuando los eventos políticos instituciones de nuestro país interrumpieron su labor. Muchos físicos desaparecieron y un número aún mayor fue dejado cesante o debió abandonar el país por no existir un ambiente de seguridad en el desarrollo de su trabajo. El último presidente de la AFA procuró que el gobierno tomara conciencia que dicho éxodo de científicos producía una pérdida irreparable para el país, pero él mismo se vio forzado a emigrar junto con otros integrantes de la Comisión Directiva. Desde entonces la AFA cesó de hecho en sus actividades.

Los físicos argentinos en una reunión realizada en diciembre de 1982, acordaron que parecían estar dadas las condiciones mínimas para intentar reiniciar el funcionamiento democrático de la Asociación y se comenzó la votación para elegir nuevas autoridades de acuerdo con el estatuto vigente en 1976.

Los propósitos de la Comisión Directiva elegida corresponden a aspectos relacionados con la física y otros referidos a las

personas que se dedican a esa especialidad. En cuanto a los primeros, el proyecto de la AFA es organizar reuniones científicas, editar una revista de física, difundir los conocimientos respectivos a través de los medios de comunicación, establecer contactos con otras asociaciones similares, contribuir junto con los departamentos de física del país a la elaboración de un plan de investigación a ser implementado durante el próximo gobierno constitucional, analizar problemas relacionados con la energía y el medio ambiente y fomentar las aplicaciones de la física con fines pacíficos. Por lo que se refiere a los segundos, contribuir al esclarecimiento de la situación de los físicos desaparecidos, exigir la reincorporación de físicos dejados cesantes por medidas arbitrarias, propiciar el regreso al país de calificados investigadores argentinos, promover la participación de los físicos en la conducción democrática de las correspondientes instituciones científicas y procurar para todo profesional de la especialidad condiciones dignas de trabajo.

Es el vivo deseo de la Comisión Directiva de la AFA estrechar vínculos e intercambiar información con la Sociedad Brasileira de Física por Ud. presidida con miras a realizar actividades en común. Al mismo tiempo expresamos nuestro profundo agradecimiento por la solidaridad manifestada por la comunidad científica internacional hacia muchos colegas argentinos en los difíciles años recientes para nuestro país.

Muy cordiales saludos,

a) *Luis Masperi* - Presidente a) *Blas Alascio* - Secretário
COMISIÓN DIRECTIVA DE LA ASOCIACIÓN FÍSICA ARGENTINA

Prof. Luis Masperi,
Presidente da Associação Física Argentina,

Agradeço pela sua carta de 3 do corrente (AFA 9/83), comunicando o reinício formal das atividades da AFA e a constituição da nova Diretoria eleita.

Em nome da Sociedade Brasileira de Física, transmito-lhe, bem como a toda a nova Diretoria da AFA, felicitações pela eleição e pelo reinício das atividades da AFA, juntamente com os melhores votos de sucesso durante o seu mandato.

A Sociedade Brasileira de Física tem, como sempre teve, o

maior interesse na colaboração internacional com as associações congêneres, e particularmente com aquelas que são legitimamente representativas da comunidade de físicos dos países irmãos da América Latina.

A atual Diretoria da SBF está terminando o seu mandato. Em julho, deverá ser empossada uma nova Diretoria, a ser eleita em breve. O interesse manifestado pela AFA em estreitar os laços com a SBF e em realizar atividades comuns será transmitido à nova Diretoria.

Cordialmente,

a) *H.M. Nussenzveig* - Presidente
Rio de Janeiro, 20 de maio de 83

Nota:- Correspondência para a Asociación Física Argentina deve ser enviada para: Casilla de Correo 439
8400 - S.C.de Bariloche - Argentina

* * * * *

CREACIÓN DE LA ASOCIACIÓN DE PROFESORES DE FÍSICA DE ARGENTINA

La Asociación de Profesores de Física de Argentina (APFA) tiene su creación oficial marcada para Octubre de este año durante la Tercera Reunión Nacional de Educación en la Física a ocurrir en Córdoba, cuando se elegirán las autoridades de la APFA.

Con su Comisión Directiva Provisoria conformada por los profesores Hugo Tricárico, José I. Castro, Savone Jorge y Ricardo M. Romero, la Asociación ha iniciado la publicación de su Boletín Informativo.

Para otras informaciones:

Prof. Hugo Tricárico
Comisión Directiva Provisoria de la APFA
Jacinto Rosso 367
1834 Temperley - Pcia. de Buenos Aires
ARGENTINA

LISTA DE FÍSICOS E ESTUDANTES DE FÍSICA DESAPARECIDOS NA ARGENTINA SEGUNDO O RELATÓRIO C.L.A.M.O.R. (SÃO PAULO)

- O número precedendo o nome indica a ordem no relatório.
- O título de licenciado na Argentina é o título profissional do Físico, autorizando-o para qualquer tarefa compatível.

- 0213 ALVAREZ ROJAS, Federico Eduardo
33 anos, físico na Comisión Nacional de Energia Atômica, ca
sado, 3 filhos, sequestrado em 01/10/76 em Buenos Aires, jun
to com a esposa, Hilda Leikis, programadora.
- 0513 BADILLO, Jorge Luis
26 anos, casado, um filho, sequestrado em 08/07/77. Licen-
ciado em Física.
- 0698 BENDEREKY, Daniel Eduardo
26 anos, licenciado em Física, desaparecido em 16/09/78 em
Buenos Aires, trabalhava na CNEA.
- 0847 BONAFINI PASTOR, Jorge Omar
26 anos, estudante de Física, desaparecido em 08/02/77 em
La Plata, Prov. de Buenos Aires.
- 1221 CARAVELLI DE PATIÑO, Gabriela
35 anos, Física, demitida do Inst. de Matemáticas, Astrono-
mia e Física da Univ. de Córdoba. 3 filhos, argentina e ita
liana. Desaparecida em 20/04/76 em Córdoba, junto com a fi
lha Astrid (3 anos).
- 1223 CARAZO, Mercedes Inés
Física, desaparecida a 21/10/79, em Buenos Aires.
- 1636 CORSCH LAVIÑA, Alberto
33 anos, uruguaio, casado, um filho. Desaparecido em 21/12/77
em Olivos, Prov. de Buenos Aires, aparentemente junto com a
esposa, Elena Paulina Lerena de Corsch.
- 2245 ESPECHE, Enrique Ernesto
32 anos, licenciado em Física, desaparecido em Tucumán, em
28/05/77.

- 3103 GORFINKEL, Jorge Israel
29 anos, casado, Licenciado em Física, desaparecido em 25/11/77 em Pacheco, Prov. de Buenos Aires.
- 3166 GRYNBERG, Susana Flora
29 anos, desaparecida em 20/10/76 em Buenos Aires. Licenciada em Física.
- 3239 GUTMAN, Alberto Marcos
19 anos, estudante de Física, desaparecido em Buenos Aires em 28/09/76.
- 3360 HUARQUE, Julia Natividad
25 anos, solteira, Licenciada em Física, desaparecida em 08/06/76 em Rosário, dois meses depois de demitida sem razões da Universidade local.
- 3917 LOSOVIZ, Juan Carlos
20 anos, estudante de Física, desaparecido em Buenos Aires a 27/09/76.
- 3947 LUDDEN, Federico Gerardo
32 anos, argentino-alemão, desaparecido em 30/11/76 em City Bell, Prov. de Buenos Aires.
- 4002 MACHADO DE REBORI, Celia Sara
30 anos, casada, desaparecida em 01/02/77 em Olivos, pcia. de Buenos Aires, aparentemente junto com o esposo, Jorge Lúcio Rebori, 49 anos, advogado.
- 4473 MISETICH, Antonio
37 anos, físico da Comisión Nacional de Energia Atômica, sequestrado em Buenos Aires em 19/04/76.
- 5096 PASQUINI, Eduardo Alfredo
35 anos, casado, duas filhas, sequestrado em 10/06/76, em Rosário, junto com a esposa, Liliana Mizraji de Pasquini, 34 anos, psicóloga. Foi demitido da Universidade local 6 meses depois, por ausência injustificada.
- 6213 SANTI, Roberto Gustavo
25 anos, estudante de Física, desaparecido em 27/05/77, em Buenos Aires; em San Isidro, Prov. de Buenos Aires, no mesmo dia sumiu sua mãe, Maria Esther Iglesias de Santi, 56 anos.

6568 STRAJMAN, Enrique
Licenciado em Física.

6572 STREJILEVICH, Gerardo
27 anos, físico, desaparecido em Florida, Prov. de Buenos Aires, em 15/07/77.

6939 VARGAS AIGNAGE, Guillermo Claudio
35 anos, físico, desaparecido em Tucumán, em 24/03/76.

NOTA:- Máximo Pedro VICTORIA, Físico da "Comisión Nacional de Energía Atómica", detido em 01/04/76, em Buenos Aires, ficou sem conhecer as causas de sua detenção, sofrendo torturas, até 11 de outubro de 1976. Ele deixou o país e fez um depoimento perante a "American Physical Society", a AAAS, a "National Academy of Sciences" e a "Federation of American Scientist", registrado em "Physics Today", em agosto de 1977 (pag. 61). No seu depoimento, ele cita outros casos.

VI REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE FÍSICA NUCLEAR NO BRASIL - 2ª Circular

Prezado Colega,

Dos 210 questionários enviados recebemos 77 respostas com comentários e sugestões. O formato proposto para a Reunião e a duração aumentada para 5 dias, foram aprovados pela imensa maioria dos colegas que responderam (85 a 90%). Em face desta resposta positiva, estamos organizando a VI Reunião com início no dia 03 de setembro (sábado) e terminando no dia 07 de setembro de 1983 (4ª feira). Os temas das sessões matinais, denominadas Problemas de Fronteira em Física Nuclear, e dos Colóquios, foram escolhidos a partir das numerosas sugestões recebidas. A proposta inicial de curso foi reformulada, tendo em vista a existência de uma Escola de Verão, específica para estudantes. Em seu lugar foram programadas duas Palestras sobre Reações Nucleares e duas Palestras sobre Estrutura Nuclear, destinadas a todos os participantes da reunião. Os grupos de trabalho tiveram adesões numerosas e estamos anexando os nomes das pessoas que manifestaram interesse em participar dos diferentes grupos para informação e para permitir a organização autônoma destes grupos de trabalho, na qual não temos intenção de interferir.

A partir das sugestões elaboramos a seguinte programação preliminar (vide quadro anexo), com praticamente todos os expositores já confirmados.

Os resumos das contribuições (até duas páginas, formato ofício, datilografadas com margens de 2,5 cm, incluindo figuras e referências e prontas para reprodução fotográfica) devem ser enviados para a Secretaria Geral da SBF até o dia 15 de julho de 1983. A observância desse prazo é essencial para permitir o trabalho de Relatores e a boa organização das seções de Painéis e Contribuições. Todas as contribuições deverão ser apresentadas nas seções de Painéis. Além disso, 9 contribuições serão selecionadas dentre as recebidas para apresentação oral nos horários das 11:00 às 12:30 horas. Os autores dessas contribuições receberão comunicação nesse sentido nos primeiros dias de agosto p.f..

Insistimos sobre a importância e o interesse do envio de contribuições, inclusive relativas a trabalhos (ou teses) ainda em andamento, para que um dos objetivos centrais da reunião, que é o de estimular discussões e intercâmbio em torno de atividades de pesquisa correntes, possa ser atingido.

Anexamos uma ficha de inscrição prévia, que deve ser devolvida até o dia 31 de maio de 1983 para a Secretaria Geral da SBF.

Comissão Organizadora

Comissão Organizadora:- Alinka Lépine (IFUSP - Coordenadora), Raul José Donangelo (UFRJ), Enio Frota da Silveira (PUC-RJ), Salomon S. Mizhari (IFT-SP), Antonio Fernando R. Toledo Piza (IFUSP), Carlos Roberto Appoloni (UEL).

GRUPOS DE TRABALHO PROPOSTOS

- Instrumentação:-

Cibele Zamboni (IPEN), Brigitte Pecequilo (IPEN), Bernard Marchal (UFRJ), Vito Vanin (IFUSP), Philippe Gouffon (IFUSP), Victor Rotberg (IFUSP), Marcos de C. Falleiros (FUEL), Evaldo S. da Fonseca (CBPF), Leila Jorge Antunes (IEN-RJ), Kyome Koide (IFUSP), Marina F. Koskinas (IPEN), Paulo Roberto da S. Gomes (IFUSP), Luis Felipe de S. Coelho (UFRJ).

- Aceleradores:-

Orlando F. Lemos Jr. (IEN-RJ), José Luis de S. Carvalho (IRD-RJ), Sérgio Chaves Cabral (IEN-RJ), Luis Felipe S. Coelho (UFRJ), Enio F. da Silveira (PUC-RJ), Cláudio Castro (PUC-RJ).

- Ions Pesados Alta Energia:-

Alberto Correa dos Reis (CBPF), Rui Alberto M. dos S. Nazareth (UFRJ), Chung Kai Cheong (CBPF), Takeshi Kodama (CBPF), Sérgio José B. Duarte (CBPF), Nadya Maria S. Prado (UFRJ), Jarbas L. Cardoso Jr. (CTA), Raul J. Donangelo (UFRJ).

- Física Aplicada:-

Victor Rotberg (IFUSP), Violeta de Jesus G. Porto (IFUSP), Carlos Roberto Appoloni (FUEL).

- Espectroscopia:-

Francisco Krmpotić (La Plata/Argentina), Wayne Alan Seale (IFUSP), Renato Matheus (IPEN), Paulo Pascholati (IFUSP), Cibele Zamboni (IPEN).

- Reações Nucleares:-

Valmar Barbosa (UFRJ), Kyome Koide (IFUSP), Maria Nazareth S. Araújo (CBPF), Paulo Roberto S. Gomes (IFUSP), Maria José Bechara (IFUSP), Alinka Lépine (IFUSP), Jorge Luiz V. Barreto (UFRJ), Valdemiro da Paz Brito (UFPI), Raul José Donangelo (UFRJ), Vaitarani M. Costa (UFRJ), Violeta de Jesus G. Porto (IFUSP), Felix R.A. Revollo (FUEL), Osvaldo Civitarese (La Plata/Argentina).

- Fissão:-

Iraci Oliveira de Souza (UFRJ), João D.T. Arruda Neto (IFUSP).

- Estrutura Nuclear:-

Deise M. Vianna (UFRJ), Celso Luiz Lima (UFRJ), Marilena M.W. de Moraes (UFSC), Diógenes Galetti (IFT-SP), Wayne Alan Seale (IFUSP), Sérgio A.C. de Oliveira (FUEL), Hélio Dias (CTA), Manuel Tiago F. da Cruz (IFUSP), Santosh S. Sharma (FUEL).

- Reações Fotonucleares:-

Laércio A. Vinhas (IPEN), João D.T. Arruda Neto (IFUSP), Mioco Foshina (CBPF), Manuel Tiago F. da Cruz (IFUSP), Sebastião Simionato (IFUSP).

- Fluidodinâmica Nuclear:-

Marta Lenardon Corradi (IFUSP).

- Colisões Atômicas:-

Luis Felipe de S. Coelho (UFRJ).

VI Reunião de Trabalho sobre Física Nuclear no Brasil

P R O G R A M A Ç Ã O P R E L I M I N A R

	3/9 - sábado	4/9 - domingo	5/9 - 2a.feira	6/9 - 3a.feira	7/9 - 4a.feira
9:00	Viagem para Itatiaia	Ions Pesados de 20 a 200 MeV/A Dirceu Pereira	Ions Pesados Relativísticos Takeshi Kodama	Prob.de Fronteira em Estrutura Nuclear Elisa Wolyneć	Teoria Microscópica de vibrações nucleares Raphael de Haro
10:30		Café	Café	Café	Café
11:00		Contribuições A	Contribuições B	Contribuições C	Resumo
12:30		Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
14:00		Painéis A	Painéis B	Painéis C	Viagem de volta
15:00	Relatório dos Painéis	Grupos de Trabalho Discussões	L I V R E	Grupos de Trabalho Discussões	
16:00	Coquetel e Organização dos Grupos de Trabalho				
18:00	Reações Nucleares (Hussein)		Estrutura Nuclear (Celso Lima)		
19:00	Jantar		Jantar		
20:00	Jantar		Jantar		
21:30	Colóquio - Partículas Elementares C.O.Escobar	Colóquio - Física Atômica Alceu G.de Pinho FQ	Colóquio - Aceleradores de Ions Pesados (B.Aires)	Assembléia	
22:30					

LEGENDAS:-

A - Experimental

B - Teórica

C - Instrumentação e Física Aplicada (para-nuclear)

2º SIMPÓSIO PANAMERICANO DE COLABORAÇÃO EM FÍSICA EXPERIMENTAL

LOCAL:- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

DATA:- 29 de julho à 03 de agosto de 1983

PATROCÍNIO:- Sociedade Brasileira de Física e
Fermilab

OBJETIVOS

Estimular a colaboração científica e tecnológica nas principais áreas da Física Experimental entre pesquisadores do continente americano. Discutir os problemas e possibilidades de utilização de grandes laboratórios centralizados, permitindo a colaboração entre pesquisadores de diferentes países.

PRINCIPAIS TÓPICOS

- 1) Resultados recentes e perspectivas nos principais campos da Física (Sólidos, Nuclear e Altas Energias).
- 2) Condições e facilidades experimentais nos grandes laboratórios.
- 3) Desenvolvimento tecnológico nos grandes laboratórios.
- 4) Oportunidades de pesquisa em colaborações internacionais.
- 5) Física Experimental na América Latina: Problemas e Perspectivas.

LISTA PARCIAL DE CONFERENCISTAS

P.W. Anderson (Bell Telephone), J.D. Bjorken (Fermilab), L.M. Falicov (Berkeley), R. Marshak (Virgínia), R.G. Stokstad (Berkeley), L. Lederman (Fermilab), H. Schopper (CERN), C. Avilez (UNAM-México).

PARTICIPAÇÃO

O Encontro é dirigido a pesquisadores com atividades principalmente na área experimental, em Física de Altas Energias, Física Nuclear e Física de Estado Sólido. Será dada ênfase à Física Experimental de Altas Energias como uma nova área de colaboração internacional panamericana.

A participação brasileira será limitada à cerca de 100 pesquisadores. Pesquisadores brasileiros que desejarem participar do Simpósio devem preencher a ficha de inscrição anexa e enviá-la ao Comitê Organizador até o dia 01 de junho de 1983.

HOSPEDAGEM

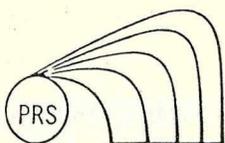
Os participantes brasileiros, que não sejam do Rio de Janeiro, poderão hospedar-se nos Hotéis reservados pelo Simpósio: Hotel Ipanema Inn (Rua Maria Quitéria, 27) ou Hotel Arpoador Inn (Rua Francisco Otaviano, 177), ambos em Ipanema e de fácil acesso à PUC. Outros arranjos deverão ser feitos pelos próprios interessados. O preço aproximado para um acompanhante será da ordem de US\$ 15.00 (quinze dólares) ao câmbio da época, nos hotéis acima mencionados (infelizmente todos os hotéis estimam seus preços no futuro em moeda estrangeira).

AUXÍLIO

O Comitê Organizador terá recursos para dar auxílio para viagem e hospedagem para participantes de fora do Rio de Janeiro. Os interessados devem manifestar suas necessidades no formulário anexo.

Comitê Organizador

Comitê Organizador:- Jorge L.V. Barreto (UFRJ), Carlos O. Escobar (IFUSP), John D. Rogers (UNICAMP), Alberto F. S. Santoro (CBPF), Ronald C. Shellard (PUC/RJ), Alejandro S. de Toledo (IFUSP).



PROJETO SINCROTRON / CNPQ
(ESTUDO DE VIABILIDADE)

ENCONTRO "TÉCNICAS E APLICAÇÕES DA RADIAÇÃO SINCROTRON"
1 A 3 DE AGOSTO DE 1983, CBPF, RIO DE JANEIRO

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas-CBPF, órgão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, está organizando o Encontro "Técnicas e Aplicações da Radiação Síncrotron" que se realizará no CBPF, Rio de Janeiro, nos dias 1, 2 e 3 de agosto de 1983.

OBJETIVO

Apresentar e discutir os diversos aspectos da geração e utilização da radiação síncrotron, e as suas aplicações em Ciência e Tecnologia.

TEMA

Serão abordados aspectos gerais da radiação síncrotron, técnicas experimentais, instrumentação, áreas de aplicação e assuntos afins.

GERAÇÃO DA RADIAÇÃO SINCROTRON E TÉCNICAS EXPERIMENTAIS:

Propriedades da Radiação Síncrotron; Anéis de Armazenamento; Alternativas Técnicas; Perspectivas da Radiação Síncrotron; Espectroscopia Atômica e Molecular; Espectroscopia de Sólidos; Topografia de Raios-X; Espalhamento a Baixo-ângulo; Interferometria; EXAFS; Cristalografia Estrutural; Efeito Mössbauer.

APLICAÇÕES:

Ciência dos Materiais; Microeletrônica; Biofísica; Medicina; Física Nuclear.

INSTRUMENTAÇÃO:

Controle e Computação; Onduladores e "Wigglers"; Detetores; Ultra-alto Vácuo; Ultravioleta e Raios-X.

EXPOSITORES

Foram convidados a apresentar comunicações e proferir palestras os professores J. Le Duff (LAL, Orsay), Y. Petroff (LURE, Orsay) e H. Wiedemann (SLAC, Stanford), além de trinta pesquisadores brasileiros.

AUXÍLIOS

Estão à disposição dos interessados em participar do Encontro, um número limitado de auxílios para viagem e/ou estada que deverão ser solicitados aos Coordenadores.

INSCRIÇÕES

Aos interessados em participar do Encontro solicita-se o envio da ficha de inscrição em anexo.

COORDENADORES

Roberto Lobo	Aldo Craievich
Instituto de Física e	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
Química de São Carlos	Rua Dr. Xavier Sigaud, 150
C. P. 369	22.290 Rio de Janeiro, RJ
13.560 São Carlos, SP	Tel: (021) 541.0337 r. 174 ou 180
Tel: (0162) 71.5445	

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas-CBPF
Encontro "Técnicas e Aplicações da Radiação Síncrotron"
Secretaria
Rua Dr. Xavier Sigaud, 150 - 4º andar / sala 7
22.290 Rio de Janeiro, RJ
Tel: (021) 541.0337 r. 245

ESCOLA INTERNACIONAL SOBRE ENSINO DE CRISTALOGRAFIA APLICADA À CIÊNCIA DOS MATERIAIS

Entre 18 e 28 de julho de 1983 será realizado em Campinas, no Instituto de Física da UNICAMP, um Escola Internacional sobre Ensino da Cristalografia aplicada à Ciência dos Materiais.

Essa escola será patrocinada pela União Internacional de Cristalografia (IUCr), CNPq, FAPESP, CAPES, UNESCO, COSTED E UNICAMP.

Os interessados devem contatar:

Prof. S. Caticha-Ellis
Instituto de Física da
UNICAMP
Caixa Postal 1170
13100 - Campinas, SP
Fone:- (0192)39-1301 - ramal 269

* * * * *

BOLSAS DA CAPES E DO CNPq

NOVOS VALORES

O valor das bolsas no país para o segundo semestre será aumentado em 45% sobre os 50% já reajustados a partir de março deste ano. Desta forma, as bolsas terão os seguintes valores no segundo semestre: Cr\$ 102.500,00 para mestrado e Cr\$ 162.100,00 para doutorado.

MOÇÃO APROVADA PELA ASSEMBLÉIA GERAL DO V ENCONTRO NACIONAL DE FÍSICA DA MATÉRIA CONDENSADA, São Lourenço, MG, abril de 1983.

- (1) Que o reajuste das bolsas de Mestrado e Doutorado do CNPq e da CAPES seja feito de acordo com o INPC acumulado, a partir de março de 1983.
- (2) Que seja concedido um reajuste semestral a partir de setembro de 1983.
- (3) Que se respeitem rigorosamente as datas de pagamento.
- (4) Que se alerte o Governo sobre os graves prejuízos à pesquisa e à ciência causada pelo estado de insegurança e penúria financeira vivido pelos pós-graduandos.

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E DAS BOLSAS CAPEIS NO PERÍODO 1970 a 1983*

Ano	Salário Mínimo			CAPES/Mestrado			CAPES/doutorado		
	Cr\$	Índice	Cr\$	Índice	nº de S.M.	Cr\$	Índice	nº de S.M.	
1970	187,20	100,0	900,00	100,0	4,8	1.100,00	100,0	5,9	
1971	225,60	120,5	1.100,00	122,2	4,9	1.300,00	118,2	5,8	
1972	268,80	143,6	1.200,00	133,3	4,5	1.400,00	127,3	5,2	
1973	312,00	166,7	1.300,00	144,4	4,2	1.500,00	136,4	4,8	
1974	376,80	201,3	1.600,00	177,8	4,2	1.900,00	172,7	5,0	
1975	532,80	284,6	2.000,00	222,2	3,8	2.400,00	218,2	4,5	
1976	768,00	410,3	3.000,00	333,3	3,9	4.000,00	363,6	5,2	
1977	1.106,40	591,0	4.200,00	460,7	3,8	6.000,00	545,5	5,4	
1978	1.560,00	833,3	5.800,00	644,4	3,7	8.500,00	772,7	5,4	
1979	2.268,00	1.211,5	8.200,00	911,1	3,6	13.000,00	1.181,8	5,7	
1980	4.149,60	2.216,7	13.200,00	1.466,7	3,2	20.800,00	1.890,9	5,0	
1981	8.464,80	4.521,8	24.000,00	2.666,7	2,8	38.000,00	3.454,5	4,5	
1982	16.608,00	8.871,8	47.100,00	5.233,3	2,8	74.500,00	6.772,7	4,5	
1983	34.763,00	18.570,0	70.700,00	7.855,6	2,0	111.800,00	10.163,6	3,2	

OBS.: 1) Foram considerados vigentes em cada ano os valores fixados normalmente a partir de 1º de março (bolsas) ou de 1º de maio (salário mínimo).

2) Para 1983 foi considerado o reajuste do atual salário mínimo pelo INPC de maio que é de 47,5% (IBGE).

* Levantamento feito por alunos de pós-graduação da UFMG.

BOLSAS DE PESQUISA DO CNPq ISENTAS DE TRIBUTAÇÃO NO I.R.

Parecer aprovado pelo Secretário da Receita Federal, Francisco Neves Dornelles, considera isentas de tributação as bolsas de pesquisa concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A solução da questão, suscitada pela Superintendência da Receita Federal do Rio Grande do Sul (10ª Região Fiscal), foi obtida através de entendimentos entre o CNPq e a Receita Federal.

O Parecer, considerando que não há qualquer vínculo empregatício entre a instituição, no caso o CNPq, e o beneficiário da bolsa - na realidade nada mais é que uma doação com a finalidade de estimular a pesquisa científica e tecnológica em diferentes áreas do conhecimento humano -, e tendo em vista os objetivos principais do CNPq, ou seja, uma instituição voltada para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e que promove a formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos do país, entendeu que o valor recebido pelos bolsistas não integra o cômputo dos rendimentos brutos dos beneficiários para efeito de tributação do imposto de renda.

O texto desse Parecer, aprovado por Francisco Dornelles em 28/02/83 (Processo 0168-000.973-83-82), está transcrito na íntegra, para melhor esclarecimento dos interessados. (Página 3).

AGENDA DO CNPq - nº 030 - ano V - março/abril de 1983